

MENSAGEM Nº 55 /2016.

Maceió, 4 de outubro de 2016.

*Senhor Presidente,*

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos dos arts. 89, § 1º, e 107, V, ambos da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 10/2015, que *“Dispõe sobre a divulgação do serviço de Disque Denúncia Nacional de Violência contra a mulher, no âmbito do Estado de Alagoas”*, pelas razões que se seguem.

**Razões do veto:**

A matéria tratada no Projeto de Lei nº 10/2015, muito embora seja compreensível em seu conteúdo e tenha substancial relevância, no que diz respeito ao seu art. 3º, padece de vício de inconstitucionalidade formal e material.

O dispositivo mencionado, ao conferir atribuições à Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH, alterar o modo de organização da Administração Pública Estadual (incisos V e VI) e estatuir sanções administrativas de competência dos Municípios (incisos I a III) viola ao prescrito nos arts. 29, VI, 86, § 1º, II, *b e e*, e 107, VI, da Constituição Estadual, que dispõem sobre as competências privativas dos Prefeitos Municipais e do Governador, respectivamente.

Ademais, a proposta cria despesa sem indicação da receita que a suportará, decorrente da fiscalização e distribuição de materiais gráficos de divulgação da campanha por parte da SEMUDH (incisos V e VI), e destina recursos ao referido órgão, sem atentar para a necessidade de criação de um fundo próprio e específico (inciso IV), de modo que afronta diretamente ao disposto nos arts. 165, III, § 5º, I, e 167, I e II, da Constituição Federal.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar parcialmente** o Projeto de Lei nº 10/2015, por **inconstitucionalidade formal e material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado LUIZ DANTAS LIMA**  
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.  
NESTA